

JORNAL DA TARDE

A Constituinte

Uma nova disputa. E muitas outras surpresas.

ANC 88
Pasta 01 a 07
Abril/87
102



Passados os incidentes da eleição das comissões temáticas, o líder Mário Covas, que saiu com ligeiras escoriações, se prepara para eleger (junto com o PFL) os cabeças da concorrida Comissão de Sistematização, enquanto o plenário, moderado, se mexe pela ação dos lobbies.

O líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, foi bastante criticado na semana passada pela forma como conduziu as escolhas dos presidentes, vice-presidentes e relatores das comissões temáticas. Houve incidentes em todas as reuniões nas quais seus escolhidos acabaram eleitos, e a grande queixa foi a falta de participação dos constituintes, que não tiveram outra saída a não ser engolir, muito às pressas, o prato feito.

Atrás das decisões do líder e da reação dos seus liderados se encontra uma prática comum e essencial ao trabalho parlamentar: o acordo político, partidário e interpartidário, sempre comandado pelas cúpulas e sujeito a influências políticas de peso. Dentre outras coisas, gira em torno de cargos e, como o número de postulantes é sempre maior, jamais agrada a todos.

No caso das escolhas para as comissões temáticas da assembleia, houve uma pré-armação no âmbito do Regimento Interno, que estipulou um prazo bem curto para o preenchimento dos cargos, 48 horas após a eleição da Mesa Diretora que por sinal não foi obedecida. Motivo: evitar uma mobilização que pudesse ter influência na condução dos trabalhos de comissão, fato que nem todos os constituintes perceberam quando aprovaram o regimento.

Critérios

Em nível interpartidário, o acordo em torno do preenchimento das comissões temáticas da Assembleia foi simples porque obedeceu à proporcionalidade das bancadas, conforme consagra o regimento. Ficou então decidida a cota de constituintes dos partidos em cada uma delas e, a partir daí, começaram as decisões internas e cada líder agiu à sua maneira.

No que se refere aos cargos de presidente, vice e relator, a proporcionalidade também valeu. Contudo, a circunstância de todos os relatores serem do PMDB, sete presidentes do PFL e um do PDS, sem contar a Comissão de Sistematização, foi fruto de entendimentos entre os líderes partidários, independente de consultas às bancadas, em especial de Mário Covas, do PMDB, e José Lourenço, líder do PFL.

Oficialmente, conforme esclarece o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, os critérios utilizados nos acordos são os seguintes: a solicitação pessoal e a articulação entre aquele que quer o cargo junto aos membros da comissão e ao líder. Depois, o líder se detém em administrar os pedidos levando em conta a distribuição regional, já que as bancadas variam de tamanho e, em consequência, de peso; e finalmente, o critério político que define a questão.

No caso das escolhas nas comissões temáticas, as coisas não se processaram exatamente conforme esse figurino, pois pesaram questões ideológicas, pressões de dentro e de fora da Assembleia, e até uma concessão que buscou agradar aos moderados do PMDB e ao governo, além de um problema ligado à acomodação dentro da bancada gaúcha, tudo isso apenas em relação aos relatores, pois os demais cargos não têm poder decisório ou de maior influência.

O deputado Paulo Bisol (RS), relator da Comissão de Soberania, dos direitos e garantias do homem e da mulher, queria a Comissão de Sistematização. Perdeu na primeira instância mas lá estará em função do cargo de relator. Com isso, o líder Covas aparou arestas na bancada gaúcha e contentou Bisol. Na Comissão da Organização do Estado, o relator, senador José Richa (PMDB-PR), foi o maior cabo eleitoral de Covas na eleição que o conduziu à liderança do partido na Assembleia, e tem estatura para o cargo, com larga experiência política e administrativa.

Três relatores escolhidos ganharam um empurrão da ala mais progressista do PMDB na Câmara e tiveram seus nomes bem aceitos por Covas; os deputados José Serra (PMDB-SP), da Comissão do Sistema Tributário, orçamento e finanças, e apontado como notoriamente preparado para a função, e o deputado Egidio Ferreira Lima, da Comissão de Organização de Poderes e sistema de governo, da vanguarda peemedebista. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) obteve a posição na Comissão da Ordem Econômica, contra a postulação do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por ser progressista e nacionalista.

Já na Comissão da Ordem Social, houve um problema porque Covas optou pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA), enquanto o grupo da Câmara queria o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA). Daí a razão que levou a comissão a adiar a escolha do relator da comissão.

A escolha do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) para relator da Comissão da Organização Eleitoral e Partidária e das garantias das instituições buscou não apenas um lugar de destaque para quem postulava uma vaga na Comissão de Sistematização, para onde irá posteriormente, mas também agradar aos moderados e ao governo.

Finalmente, a opção pelo deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) para relator da Comissão da Família, da educação, cultura, e esportes, da ciência e da tecnologia e da comunicação levou em conta um forte apadrinhamento da maior empresa brasileira de televisão, além, dos atributos pessoais do jornalista constituinte.

Inclinações

De um modo geral, o PMDB procurou reforçar sua ala progressista na escolha dos relatores das comissões temáticas. Isso já estava desenhado desde o momento em que o senador Mário Covas assu-

miu a liderança do partido na Assembleia porque, além de independente e com trânsito em todas as áreas partidárias, era sabido que se sentia mais à vontade com a linha mais avançada do partido.

Contudo, as escolhas de hoje, necessariamente, não devem ter um reflexo absoluto na futura Carta Constitucional do País. Se de um lado só relatores tendem a um caminho que conduz não apenas ao liberalismo, mas a um aprofundamento da ordem social democrática, a composição das comissões indica, por sua maioria — que vai do centro à direita — que, pelo voto, as decisões poderão ganhar outro rumo. De qualquer forma, o peso dos relatores é inegável, o que justificou um controle muito severo dos progressistas do PMDB.

Outro fator que terá peso será a escolha dos sub-relatores das comissões temáticas. Como houve uma forte reação, agora é provável que o líder Mário Covas adote outros critérios. Afinal, como o posto é estratégico, o Regimento Interno também determinou que seriam fruto de decisões do líder, independente de votação dos membros que as integram. Mesmo assim, esboça-se a tendência a uma maior participação dos constituintes nessa segunda rodada de escolhas.

Depois dos primeiros arranhões, Mário Covas certamente buscará administrar os conflitos de modo a que as insatisfações não aumentem. E o esperado é que as coisas voltem à normalidade, até porque foram consumadas e não surgiu um movimento eficaz dentro do partido contra os passos dados, a não ser reclamações, o que é natural ao processo político.

O resultado final dessa série de composições, no entanto, não se esgota na escolha dos relatores, dos subrelatores ou na definição, amanhã, dos cabeças da Comissão de Sistematização. Qualquer decisão precisará do referendo da última instância da Assembleia, o plenário, de perfil majoritariamente moderado, que por sua vez não poderá fugir da pressão popular que joga seus interesses mais à esquerda, e muito menos dos diversos lobbies que já atuam nos corredores e gabinetes do Congresso Nacional, de todas as tendências. Resta saber qual será o peso do governo José Sarney na elaboração da futura Carta Constitucional, cuja definição estará atrelada, fundamentalmente, ao sucesso ou ao fracasso da nova política econômica em elaboração.

Leda Flora